

Dossiê

AS PERIODIZAÇÕES DA HÉLADE – CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS CONCEITOS DE ARCAICO, CLÁSSICO E HELENÍSTICO

Luis Filipe Bantim de Assumpção⁴⁶

RESUMO

Como podemos verificar, as periodizações se tornaram ferramentas de demasiada importância para os pesquisadores, sobretudo no que concerne a tentativa de delimitar e se remeter a um dado momento histórico. Todavia, as periodizações são sistematizações acadêmicas passíveis de um processo de historicização. Desse modo, tendo em vista o que fora apontado, objetivamos por analisar a maneira como as periodizações de “Arcaico, Clássico e Helenístico” foram desenvolvidas, historicamente, para dar conta das especificidades das sociedades helênicas.

Palavras-chave: Periodização – Hélade - Antiguidade

ABSTRACT

As we can see, the periodizations became very important for researchers, especially with regard to attempt to delimit a historical moment. However, the periodizations are academics systematizations subjects of a historicization process. Thus, in view of what pointed out, our purpose is analyze how the periodization of “Archaic, Classical and Hellenistic” were developed historically to explain the specificities of hellenics societies.

Keywords: Periodization – Hellas - Antiquity

⁴⁶ O Prof. Luis Filipe Bantim de Assumpção é mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Política da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, sendo bolsista CAPES e orientando da Prof.^a Dr.^a Maria Regina Candido. O referido pesquisador é Coordenador de Publicações do Núcleo de Estudos da Antiguidade. Contato: lbantim@yahoo.com.br

A disciplina histórica, tal como tem sido transmitida em todos os níveis de ensino obedece a um “sistema de adequação”, cujo principal objetivo seria o de permitir que os fatos históricos diversos e temporalmente descontínuos se organizem em uma ótica linear e sucessiva. Entretanto, tais “sistemas de adequação”, denominados de periodizações, foram construídos no intuito de corresponderem ao propósito dos investigadores “modernos”. Deste modo, notamos que tais demarcações temporais, na sua grande maioria, não lidam com as práticas político-culturais das sociedades as quais se remetem. Logo, podemos afirmar que as periodizações detêm como objetivo auxiliar os especialistas na compreensão de acontecimentos históricos que escapam a percepção devido a amplitude espaço-temporal em que ocorreram.

No que tange a Antiguidade da Hélade isso não se deu de maneira diferente, e abordar o modo como essas periodizações foram estabelecidas se encontra no cerne de nossos objetivos no presente artigo. Para tanto, basta que citeamos um pequeno exemplo. Se tivéssemos a possibilidade de indagarmos um ateniense do século V a.C., acerca do período histórico em que ele se considerava inserido, teríamos pelo menos duas respostas que, embora acabasse não respondendo de forma clara a nossa indagação, seriam imensamente esclarecedoras quanto à maneira que esse sujeito se reconhecia de acordo com a sua realidade espaço-temporal. De fato, o nosso ateniense imaginário poderia nos contestar sobre o que seria “*período histórico*”, tendo em vista que a história tal como conhecemos, não era uma realidade para os homens da Hélade no século V a.C., ainda que Heródoto (*Ἡρόδοτος*) tenha denominado de “*Histórias*”⁴⁷ a sua obra descritiva que analisava os costumes de diversas “*sociedades*”, sejam elas de helenos ou não. No que diz

⁴⁷ Na perspectiva levantada por Egbert Bakker, o vocábulo “*historie*” seria uma forma de designar uma ferramenta intelectual e uma atividade comunicativa de narrar, apresentar e descrever, para a posteridade os fatos sociais importantes, construções arquitetônicas, feitos políticos de sujeitos ilustres, práticas culturais, cujo conhecimento somente se torna passível através da investigação. Logo, o termo que Heródoto (*historie apodexis/ἱστορίας απόδειξις*) utiliza seria o equivalente a “*apresentação pública de suas pesquisas*” (BAKKER, 2002: 03-08).

respeito ao século V a.C., o mesmo não entenderia a nossa delimitação, afinal, Cristo enquanto um marco histórico somente iria surgir séculos mais tarde. Sendo assim, ainda que esse exemplo aparente ser inadequado, ou mesmo insuficiente, ele nos possibilita verificar que as periodizações que conhecemos são detentoras de uma historicidade, ou seja, elas foram criadas para corresponderem a interesses particulares, sobretudo, das sociedades que se denominaram “*modernas*”.

Um aspecto o qual podemos ressaltar e que não esteve fora da análise do historiador polonês Krzysztof Pomian seria a importância dos marcos religiosos para o desenvolvimento das periodizações ocidentais. Notamos outra característica que até mesmo para pesquisadores experientes, em muitas ocasiões, parecem realidades históricas inquestionáveis, ou seja, a divisão temporal em “*antes e depois de Cristo*”. Ainda que Pomian (1993: 166) declare que as periodizações religiosas se opõem as políticas – devido ao fato destas serem específicas e estarem voltadas para eventos históricos mais precisos, enquanto que as religiosas seriam mais extensas e universalistas – observamos que em nossa sociedade ambas passaram a interagir concomitantemente para que os valores religiosos e políticos fossem interiorizados por um conjunto de sujeitos. Pomian elucida que a demarcação cronológica pautada no nascimento de Jesus foi estabelecida somente no século VI da nossa era, por Dionísio “*o exíguo*” (POMIAN, 1993: 164). A partir das palavras de Pomian, podemos afirmar que a utilização do termo “*antes e depois de Cristo*” detém uma historicidade, passível de ser datada e que corresponderia aos interesses político-sociais de um contexto histórico particular. Com isso, ao adotarmos a periodização como um conceito, e mediante o fato desta ter sido criada em um determinado período histórico, observamos que algumas ressalvas teórico-metodológicas devem ser tomadas no que tange a sua aplicabilidade.

Dialogando com Pomian, a periodização estabelecida entre os pesquisadores ocidentais correspondem unicamente aos marcos históricos do Ocidente (POMIAN, 1993: 164). Por sua vez, as periodizações as quais conhecemos objetivam por construir uma

identidade comum entre todos aqueles que partilham, historicamente, desses fatos (POMIAN, 1993: 164). As argumentações de Pomian nos levam a observar outros aspectos, pois, o que estaria acontecendo em uma sociedade tal como a China no período em que atenienses, espartanos e outros helenos combatiam os persas na batalha de Plataea⁴⁸? Logo, notamos que os pressupostos de Pomian podem ser verificados rapidamente, e que a formação de uma identidade cultural comum entre determinados grupos sociais seria, por vezes, a prioridade na elaboração de uma periodização.

Desta forma, para que possamos justificar as argumentações aqui produzidas, recorreremos aos pressupostos teóricos desenvolvidos pelo historiador alemão Reinhart Koselleck, acerca da *“História Conceitual Alemã”*. Nos dizeres de Koselleck, a *Begriffsgeschichte* teria surgido devido à transferência descuidada de termos modernos, para se remeter a questões do passado e pelo fato das ideias serem tratadas, até então, como constantes que, embora se articulassem em figuras históricas diferentes, permaneciam fundamentalmente imutáveis (KOSELLECK, 2004: 79). Koselleck nos chama a atenção, sobretudo, para a maneira como os contextos político-sociais acabam atribuindo novos significados para antigas palavras, chegando ao ponto de criarem neologismos (KOSELLECK, 2004: 79). Sendo assim, mediante os apontamentos expostos por Reinhart Koselleck, iremos nos valer de sua proposta teórico-metodológica quanto à aplicabilidade de nosso arcabouço conceitual, ou seja, através da *“História dos Conceitos”* tentaremos minimizar os anacronismos históricos provenientes de uma utilização negligente de conceitos, que em nosso experimento se resume pela periodização.

Entretanto, devemos nos atentar que o próprio termo Antiguidade, o qual frisamos anteriormente, se remete a uma periodização específica, que segue os interesses de um determinado contexto social. Quanto a isso, Pomian explicita que essa demarcação

⁴⁸ A batalha de Plataea (Πλάταια) teria ocorrido em, aproximadamente, 479 a.C., em Plataea na região da Beócia (Βοιωτία), sendo esta ocasião identificada como um dos embates decisivos que marcaram as Guerras Greco-pérsicas, tendo em vista que após este confronto os persas iniciaram sua retirada da Hélade (CHRISANTHOS, 2008: 47-50).

temporal que fragmenta a história em, no mínimo, três períodos (*Antiguidade, Medievo e Modernidade*) foi criada pelos pensadores italianos do chamado “*Renascimento*”, mas também pelos historiadores provenientes das “*Reformas Religiosas*”. Nas palavras do referido pesquisador polonês, essa periodização teria uma conotação política, na qual o presente seria um “período áureo” por tentar superar os valores, sobretudo religiosos, dos séculos que imediatamente lhes precedeu (*Medievo*) através da recuperação das práticas culturais grandiosas provenientes de sociedades antigas, tais como a ateniense e a romana (POMIAN, 1993: 171-172). Mediante as argumentações de Pomian podemos conjecturar que, as periodizações estabelecidas pelos “*renascentistas*” detinham como interesse estabelecer um discurso capaz de legitimar idéias e práticas sócio-religiosas, nas quais o presente seria superior ao que passou – ou que deveria passar – por rememorar os valores prósperos, porém remotos, dos helenos e latinos e que o *Medievo* acabou por “*obscurecer*”.

Pomian justifica seus apontamentos a partir dos estudos do pintor e escritor italiano Giorgio Vasari⁴⁹. Nas palavras de Krzysztof Pomian, Vasari desenvolveu as suas periodizações para dar conta da História da Arte, que para o mesmo, seria dividida em três períodos – a *Arte Antiga, Média e Moderna* (POMIAN, 1993: 173). A periodização de Vasari obedece a um ordenamento cíclico, no qual embora os homens do presente tenham condições de se igualar aos Antigos, aqueles seriam superiores a estes por terem a capacidade de superá-los (POMIAN, 1993: 174-175). Neste ínterim, notamos que a perspectiva de Vasari pretende romper com certa linearidade temporal que mantinha a arte do seu tempo atrelada ao “*Medievo*”, do mesmo modo que a sua tentativa de

⁴⁹ Segundo Julia Bondanella e Peter Bondanella – tradutores e comentadores da obra de Vasari, “*A Vida dos Artistas*”, em uma de suas versões para o inglês – declararam que o artista italiano teria nascido em 1511 em uma pequena cidade da região de Arezzo. Quando chegou a Florença teria se tornado amigo de Michelangelo, e posteriormente foi empregado diversas vezes por membros da família Médici – tanto de Florença quanto de Roma (BONDANELLA; BONDANELLA, 1998: vii-xiv).

associar a “Arte Moderna” com a “Antiga” seria um meio de legitimar o seu posicionamento artístico, bem como os seus interesses político-sociais.

Por conseguinte, Pomian também argumenta acerca das periodizações criadas pelos filósofos franceses Jean Bodin (1530-1596) e Blaise Pascal (1623-1662). A partir dos estudos efetuados acerca das obras de ambos os autores, Pomian enfatiza que a proposta de Bodin se aproxima da de Vasari, tendo em vista que o mesmo defende a ideia de que as “eras” do mundo se baseiam na evolução cíclica de um período por outro, e devido a isso haveria a superioridade dos modernos em relação aos antigos (POMIAN, 1993: 176). No que condiz a Pascal, Pomian não se aprofunda, porém ressalta que o modo como aquele concebeu a temporalidade histórica se fundamentava em uma perspectiva de continuidade e o seu saber cumulativo, ou seja, adquirido através da acumulação de conhecimento de uma “era” por outra (POMIAN, 1993: 177). Dessa maneira, a ótica desenvolvida por Pascal se distancia daquela promovida por Bodin, pois a concepção deste seguia o viés dos ciclos enquanto que Pascal prezava pela linearidade.

Dentre as diversas periodizações que teriam sido elaboradas no decorrer da história europeia, Pomian também faz menção aquela que fora idealizada pelo filósofo iluminista Voltaire (1694-1778). Nas palavras do historiador polonês, a visão de Voltaire também mantinha o seu enfoque no desenvolvimento da Arte como elemento determinante para a elaboração de periodizações, tendo como princípio a “Antiguidade Grega e Romana”. Entretanto, o filósofo francês se vale da perspectiva do conhecimento que fora acumulado no decorrer dos séculos e que, ao ser utilizado, possibilitaria que um “período histórico” superasse o outro (POMIAN, 1993: 179-182). Logo, observamos que a proposta de Voltaire, que nos fora apresentada por Pomian, ao sintetizar a percepção do tempo enquanto “Antiguidade, Medievo e Tempos Modernos” pressupõe que haja a superação de um pelo outro, por intermédio do conhecimento que os homens do passado teriam nos legado.

Após apresentar parte dos pressupostos desenvolvidos na Europa “Moderna” acerca das sistematizações histórico-temporais, Pomian aponta que as periodizações objetivam por ordenar os fatos históricos diversos em uma organização que lhes forneça sentido no interior de uma grande estrutura temporal, fator este que visa possibilitar uma melhor compreensão dos acontecimentos históricos e, geralmente, acabam priorizando os momentos de mudanças como marcos temporais (POMIAN, 1993: 199). Contudo, o referido historiador polonês comenta que tais periodizações teriam a pretensão de estudar/promover uma História Universal, que pudesse dar conta de toda trajetória do homem sobre a Terra. Entretanto, devido à particularidade e a limitação às quais as mesmas se encontram submetidas, essas adequações temporais corresponderiam somente às sociedades do Ocidente e aquelas cujos elementos do passado fossem análogos aos ocidentais (POMIAN, 1993: 199-200). As assertivas de Pomian nos permite corroborar com as prerrogativas levantadas por Koselleck, pois as periodizações são construções históricas que pretendem corresponder às maneiras pelas quais o passado vem a ser estudado, no intuito de poderem organizar os fatos históricos de forma inteligível, facilitando a sua compreensão. Todavia, ainda que a periodização seja um instrumento de análise historiográfica, por vezes útil ao ofício do historiador, nós devemos considerar que a mesma não seria um ideal estático e uniforme, podendo variar de acordo com o contexto histórico e a sociedade em que se encontra aplicada.

No que diz respeito à Antiguidade helênica, verificamos que a mesma detém dois tipos específicos de periodizações, as quais podemos verificar uma geral e outras mais específicas – que funcionam como subdivisões históricas da primeira. Embora a história da Hélade não se inicie no período identificado enquanto *Arcaico*, a nossa delimitação acadêmica nos levou a estabelecer recortes e a efetuar escolhas que, por sua vez, nos levaram a analisar somente algumas dessas “subdivisões” históricas acerca do Mundo Antigo.

O período denominado de “*Arcaico*” fora utilizado para corresponder ao espaço de tempo entre 800 e 480 a.C. Todavia, tal como podemos observar, essa nomenclatura foi constituída de modo que se adequasse a perspectiva acadêmica que considerava o “*período Clássico*” enquanto superior na trajetória histórico-temporal da Hélade. O Prof. Harvey Shapiro nos esclareceu que teria sido no “*Arcaico*” que os elementos culturais característicos das sociedades helênicas, denominadas de “*clássicas*”, foram criados e praticados em um estágio inicial, para que viesse a alcançar a sua “*maturidade*” em espaços de tempo posteriores (SHAPIRO, 2007: 01). Relacionando os apontamentos de Shapiro com os estudos desenvolvidos pelo pesquisador John Davies, este enfatizou que a partir das informações do “*Oxford English Dictionary*” (edição de 1846) tornou-se um consenso considerar o termo “*arcaico*” como sinônimo de um período “*primitivo*”, “*antiquado*” e organizado com base em práticas político-sociais que caíram em desuso (DAVIES, 2009: 03). Davies continua sua argumentação e comenta que, geralmente, se observa o “*período Arcaico*” por meio do ponto de vista da “*modernidade*”, ou por uma perspectiva comparativa junto ao “*período Clássico*” – sendo este último considerado superior e sofisticado em relação ao seu predecessor. Por fim, Davies complementa que ao atribuímos essas características estereotipadas para o “*período Arcaico*” ficamos impossibilitados de reconstruir certas práticas de homens e mulheres que ali viveram, e não se consideravam primitivos, antiquados ou arcaicos (DAVIES, 2009: 03). Os pressupostos apresentados por Shapiro e Davies nos possibilitam endossar a aplicabilidade do arcabouço teórico da *Begriffsgeschichte*, tal como Koselleck propôs, afinal, fomos capazes de notar que a conceituação do “*período Arcaico*” enquanto antiquado foi estabelecida no intuito de ressaltar os feitos das sociedades helênicas do “*período Clássico*”, cujas práticas político-culturais são por vezes consideradas como referenciais do “*Mundo Ocidental Moderno*”. Logo, podemos declarar que a conceituação de “*período Arcaico*” foi empregada com o propósito de legitimar a predominância político-cultural do “*período Clássico*” na Antiguidade helênica, fator este capaz de

ênfatisar os motivos que levaram as sociedades ocidentais modernas a se vincularem, historicamente, aos “gregos clássicos”. Deste modo, dialogando com Koselleck, no intuito de minimizarmos possíveis anacronismos históricos, nós historiadores devemos considerar os eventos da “Grécia Arcaica” no interior de suas especificidades, embora nem sempre tenhamos informações suficientes sobre tais.

Retomando os pressupostos de Harvey Shapiro este esclareceu que a palavra “arcaico” provém do vocábulo helênico “archaikos” (ἀρχαϊκός), cujo significado seria “velho”, “antigo” ou “obsoleto”, sendo este utilizado pelos “gregos modernos” para se remeterem aos “helenos antigos” ou ao “idioma grego antigo” (SHAPIRO, 2007: 01). Contudo o autor comenta que esta palavra quando empregada não detinha uma conotação negativa, sendo semelhante à maneira como atualmente designamos algo primitivo, ou seja, que não seria passível de datação, algo antiquado, mas nem por isso inferior. Entre os helenos da Antiguidade, a expressão *archaikos* foi frequentemente empregada em sinal de respeito, sobretudo no campo da atividade religiosa, pois quanto mais antigo fosse um templo ou uma imagem de culto, mais sagrados estes seriam (SHAPIRO, 2007: 01). Ainda interagindo com os estudos de Harvey Shapiro, este elucidou que os helenos do “período Clássico” e de temporalidades posteriores, não se valeram do termo “Arcaico” para se referirem ao período histórico de seus antepassados, pois os mesmos não dividiam o tempo da maneira que compreendemos atualmente (SHAPIRO, 2007: 01). Nas palavras do historiador John Davies, o conceito de “período Arcaico” foi empregado pela primeira vez na História da Arte, a partir da definição de “arcaico” proposta pelo “Oxford English Dictionary” (DAVIES, 2009: 04). Entretanto, as palavras do prof. Shapiro ressaltam que a utilização deste termo para se referir ao período histórico anterior ao século V a.C., não seria de todo equivocada. Nesse ínterim, Shapiro expõe que os helenos antigos teriam se valido da palavra “archaikos” para descrever certos objetos – tais como obras de arte e arquitetura – produzidos no espaço de tempo que denominamos por “período Arcaico”. Desta maneira, a escolha do vocábulo “arcaico”

seria razoavelmente fiel à concepção dos próprios helenos da Antiguidade (SHAPIRO, 2007: 01).

No que diz respeito à maneira como os historiadores investigaram e tentaram construir a história do *“período Arcaico”*, John Davies aponta que em meados do XIX, devido a predominância do modelo de *“História Tradicional”*, os pesquisadores se utilizaram eminentemente da documentação textual escrita, tendo em vista que naquele contexto político-social era a única que poderia fornecer indícios históricos considerados *“reais”* (DAVIES, 2009: 05). Todavia, tais estudiosos tinham a necessidade de separar as narrativas míticas dos fatos históricos – um aspecto que nem sempre foi possível – para que daí pudessem elaborar uma história coerente a partir de um todo fragmentado. Logo, devido à incapacidade dos classicistas do XIX, de elaborarem um critério de abordagem que separasse os épicos, as narrativas míticas e as crenças regionais dos núcleos históricos do período, ou ainda a ausência de uma metodologia que fosse capaz de detectar o *“significado”* simbólico dos mitos, a história do *“período Arcaico”* apresentou inúmeras lacunas (DAVIES, 2009: 05). Do mesmo modo, diferentemente do *“período Clássico”* que se iniciaria com um evento político, não detemos informações suficientes do *“Arcaico”* para estabelecer, precisamente, a maneira como este se iniciou. Convergingo com as análises do Prof. Shapiro, este nos informou que no *“período Arcaico”* não teria ocorrido nenhum evento histórico, tal como as Guerras Greco-pérsicas, que permitisse uma demarcação da maneira como este se iniciou, entretanto, teria acontecido um desenvolvimento gradual voltado para a superação do empobrecimento que marcou o *“Dark Age”* – embora os achados arqueológicos recentes tenham questionado este estereótipo (SHAPIRO, 2007: 02). Seguindo por um viés semelhante, John Davies ressaltou que traçar a história do *“período Arcaico”*, sobretudo pelo viés dos eventos políticos, seria algo distinto do *“Clássico”* devido à escassez de informações textuais escritas, mas também pelo fato que no *“Arcaico”* os acontecimentos históricos não giravam em torno

de algumas *póleis*⁵⁰, pois cada “*micro-pólis*” e cada santuário apresentavam um amplo número de fragmentos de diversas histórias, sendo elas distintas e ocorrendo concomitantemente (DAVIES, 2009: 05). Sendo assim, podemos conjecturar que a tentativa de sistematizar em um todo coerente os acontecimentos que se deram no “*período Arcaico*” acabaria levando a omissões históricas, afinal, a referida temporalidade foi marcada pela diversidade de práticas que ocorriam entre aquelas sociedades.

No entanto, nas palavras do historiador John Davies, na passagem do XIX para o XX, as informações decorrentes dos achados arqueológicos passaram a compor as análises históricas acerca do “*período Arcaico*”, porém, somente a partir da década de 1970, os artefatos arqueológicos passaram a ser compreendidos como evidências das práticas culturais dos sujeitos que viveram no “*Arcaico*”, possibilitando que houvesse a complementaridade dos discursos presentes na documentação textual escrita ou que os mesmos fossem refutados (DAVIES, 2009: 09-15). Com isso, verificou-se que o desenvolvimento político-cultural na “*Hélade Arcaica*” se deu através da interação com sociedades vizinhas da região do Mediterrâneo e dos Balcãs, permitindo a organização de uma rede de interações de cunho político e econômico, que produziu nos helenos – entre 800 e 700 a.C. – a escrita alfabética, a arquitetura monumental, o comércio marítimo e a formação de *apoikiai*⁵¹ (SHAPIRO, 2007: 02; DAVIES, 2009: 15). Por fim, ambos os autores comentaram que o consenso acadêmico estabeleceu que o início do “*período Arcaico*” se deu com a instituição dos Jogos Olímpico em 776 a.C., e culminou na Batalha de

⁵⁰ O termo *póleis* corresponde ao plural do vocábulo *polis* que, por sua vez, pode ser concebido pela relação entre um espaço físico, que envolve a área urbana (*asty*) e a rural (*khora*) ocupado por uma sociedade e pelas interações de caráter político, econômico, cultural, religioso e militar desempenhadas pelos sujeitos em se meio social (ASSUMPÇÃO, 2011: 167).

⁵¹ Nas palavras do romanista Carlos Eduardo Campos, o termo *apoikia* teria uma equivalência com o vocábulo moderno “*colônia*”, cujo significado seria o estabelecimento de um grupo de sujeitos em uma região culturalmente distinta de sua “*pólis*” de origem, sendo detentora de traços culturais semelhantes e podendo manter ou não relações econômicas com esta (CAMPOS, 2010: 04).

Maratona⁵², durante as Guerras Greco-pérsicas, em 490 a.C. (SHAPIRO, 2007: 02; DAVIES, 2009: 03). A primeira invasão dos persas, segundo Shapiro, teria sido o ponto culminante da história do “*período Arcaico*”, que passou a ser considerado o “*divisor de águas*” na formação da identidade da Hélade, na qual um amplo contingente de helenos se uniu para impedir a dominação de seu território ancestral (SHAPIRO, 2007: 02). Convergindo com os pressupostos de Harvey Shapiro e John Davies nós verificamos que o “*período Arcaico*” foi um momento histórico de demasiado desenvolvimento político, econômico e cultural, cujas sociedades do “*período Clássico*” apenas modificaram devido às novas necessidades que o contexto social apresentava.

No que concerne ao “*período Clássico*”, podemos afirmar que este foi o momento da história da Hélade cujos pesquisadores, sobretudo a partir do XVIII, mais se dedicaram em analisar. Diferentemente do “*Arcaico*”, o espaço temporal identificado pelo termo “*Clássico*” foi marcado de inúmeros eventos de cunho político-militar, que associados ao desenvolvimento cultural, fizeram desse período histórico o de maior relevância, em um primeiro momento, para a formação de uma identidade político-cultural entre as sociedades europeias ocidentais.

Nos dizeres do historiador Robin Osborne, o espaço de tempo que abarcou os séculos V e IV a.C. foi um referencial entre as *pólis* helênicas, pois os mesmos, devido ao contexto social, transformaram suas sociedades ao ponto de permitir que estas se tornassem referenciais para a posteridade. Osborne enfatiza que a “*Hélade Clássica*” produziu obras arquitetônicas de grandes proporções – se comparadas aos padrões da época – e, somando-se a tais aspectos, os helenos teriam aperfeiçoado as técnicas de escultura, fornecendo aos artistas um conhecimento acerca das medidas de proporção que foram assimiladas por outras sociedades (tal como a romana) enquanto um modelo técnico-artístico que merecia ser seguido. Do mesmo modo, Osborne insere as tragédias e

⁵² A batalha de Maratona (*Μαραθών*) foi empreendida pelos atenienses e os habitantes de Plataea contra a invasão dos persas, na planície de Maratona, localizada na área leste da Ática (CHRISANTHOS, 2008: 38-40).

a filosofia no cerne das produções culturais helênicas, cujas sociedades ditas “*modernas*” se apropriaram incessantemente. Por fim, o referido historiador declara que tais características, associadas ao aprimoramento das instituições políticas foram os marcos históricos que fizeram com que os séculos V e IV a.C. fossem considerados pela posteridade, enquanto os mais importantes da história Hélade (OSBORNE, 2000: 01-02).

Todavia, não podemos deixar de comentar que essa perspectiva foi construída pelos cientistas sociais, no decorrer do XVIII e XIX, no intuito de fomentar a identidade cultural dos europeus do referido período, e até mesmo de justificar medidas de cunho político evidenciando a “*supremacia*” das sociedades da Europa sobre as demais, pelo simples fato de serem herdeiros da tradição “*Clássica*” – seja ela grega ou romana.

Na perspectiva do pesquisador Uwe Walter o termo “*Clássico*” derivou do adjetivo latino “*classicus*”⁵³ tendo sido este utilizado para se referir aos sujeitos pertencentes a mais alta hierarquia social de Roma, e foi aplicado com o sentido de “*primeira classe*” de homens, na França em 1548, pelo jurista Thomas Sébillet (1512-1589) ao fazer inferência aos “*excelentes e clássicos poetas franceses*”, sendo esses identificados por um número limitado de poetas da “*Idade Média*” (WALTER, 2006: 04). Contudo, dialogando com o aporte teórico de Reinhart Koselleck, este nos afirma que os conceitos não são ideias imutáveis, tendo em vista que os mesmos se transformam de acordo com o contexto histórico e institucional do período. Do mesmo modo, ainda que tais conceituações se modifiquem, parte de seu significado original persiste no decorrer do tempo, fornecendo certa validade empírica para a utilização acadêmica “*moderna*” (KOSELLECK, 2004: 80-82). Com isso, convergindo com os pressupostos de Koselleck, verificamos a partir de Walter que o termo “*Clássico*” foi empregado para designar algo antigo que resistiu ao tempo, falando para as gerações posteriores como se tivesse sido concebido precisamente para

⁵³ Podemos endossar os apontamentos do autor por meio das informações presentes no “*Oxford Latin Dictionary*”, no qual o mesmo expõe que o vocábulo “*classicus*” fora empregado para se remeter as mais altas magistraturas da sociedade romana (BRYAN-BROWN, 1968: 333).

estas, devido ao impulso e a dinâmica de suas ideias (WALTER, 2006: 02). Sendo assim, notamos que o conceito de “*período Clássico*” fora aplicado pelos investigadores do XVIII, para incutir a concepção de que o desenvolvimento político-cultural da Hélade, nos séculos V e IV a.C., superavam aqueles que os precederam, bem como os posteriores, permitindo que os mesmos se tornassem referenciais para as sociedades modernas.

Nas palavras de Walter, os estudos desenvolvidos pelo historiador da arte Johann Joachim Winckelmann (1717-1768) contribuíram para que outros artistas e pensadores seguissem a perspectiva acerca da grandiosidade helênica. Embora os vestígios históricos que Winckelmann teve acesso fossem muito menores se comparados com as pesquisas que ocorreram posteriormente ao seu tempo, o mesmo considerou que as esculturas da Antiguidade representavam, acima de tudo, uma visão artística plenamente realizada do homem (WALTER, 2006: 01). Complementando tal assertiva, o cientista social Uwe Walter nos forneceu parte da maneira como Winckelmann concebia a arte helênica, e que se encontram em sua obra “*Reflexões sobre a Pintura e a Escultura dos Gregos*” (1755), na qual o mesmo declarou que o único modo pelo qual os homens de seu tempo poderiam ser tornar superiores, e quiçá inimitáveis, seria reproduzindo as práticas culturais dos antigos helenos (WALTER, 2006: 01). De maneira semelhante o poeta inglês Percy Bysshe Shelley (1792-1822) teria declarado que todos os europeus eram “*gregos*”, afinal, as leis, a religião e as artes mantinham as suas raízes na Grécia (WALTER, 2006: 02). Em suma, Uwe Walter resume que no século XIX, os helenos teriam representado para os partidários de um regime político liberal o ideal de ordem, tradição e disciplina, enquanto que para os radicais, as sociedades helênicas foram capazes de combinar o republicanismo e a liberdade, na mesma proporção que apreciavam a vida em sua experiência máxima (WALTER, 2006: 02).

Por meio dos estudos levantados por Walter podemos reiterar a proposta teórica de Reinhart Koselleck, tendo em vista que embora o conceito de “*Clássico*” tenha sido empregado para se referir a um espaço de tempo particular na história ou a um ramo do

ensino superior das Universidades “modernas”, o mesmo não foi criado pelos sujeitos que viveram no referido período, sendo este uma apropriação moderna de um vocábulo latino empregado para legitimar a superioridade político-cultural da Hélade nos séculos V e IV a.C., que foi identificada como a matriz do pensamento europeu na modernidade. Todavia, ainda que a nossa proposta não esteja atrelada a superação de determinadas nomenclaturas, nós pesquisadores devemos nos atentar ao aplicarmos uma conceituação para designar a historicidade das *pólis* helênicas na Antiguidade, pois tais conceitos se encontram vinculados aos interesses políticos de certos grupos sociais e nem sempre dão conta daquilo a que se propõem.

No entanto, Uwe Walter nos chama a atenção que o modelo de sociedade do “período Clássico” foi determinado pelos feitos históricos de Atenas. Isto teria sido ressaltado pelo fato da documentação textual escrita, a qual tivemos acesso, ter sido produzida em dialeto ático, do mesmo modo que autores como Tucídides (*Θουκυδίδης*)⁵⁴ e Platão (*Πλάτων*)⁵⁵ devido ao contexto social das Guerras do Peloponeso teriam tentado evidenciar a proeminência ateniense. Deste modo, Uwe Walter enfatizou que o “período Clássico” foi qualificado enquanto “Atenocêntrico”, ou seja, os ideais da *pólis* de Atenas (*Ἀθήναι*), quando comparados com as demais sociedades antigas, foram reconhecidos como superiores (WALTER, 2006: 05). Sendo assim, observamos que a produção cultural ateniense do século V e IV a.C., por superar em número aquelas desenvolvidas por outras *pólis*, permitiu que a mesma fosse considerada enquanto um modelo político-social a ser seguido pelas demais sociedades. Partindo desse viés, podemos notar que os esforços dos políticos e intelectuais do XIX, fizeram com que a *pólis* de Atenas se tornasse a personificação dos ideais europeus, a tal ponto que esta passou a ser confundida com a

⁵⁴ Na obra intitulada “*História das Guerras do Peloponeso*”, Tucídides comenta que a *pólis* de Atenas seria como uma escola dos costumes da Hélade (II, 41.1).

⁵⁵ Platão na obra “*Protágoras*” ressaltou que os atenienses seriam os mais sábios dentre os helenos (PROTÁGORAS, 337 d).

totalidade da Hélade, fazendo com que os feitos históricos de outras *pólis* caíssem no esquecimento.

Contudo, somente a partir de 1920, a normativa da noção atemporal do termo “*Clássico*” passou a denotar uma fase específica de um desenvolvimento histórico (séculos V e IV), considerado como o auge qualitativo das sociedades do Ocidente (WALTER, 2006: 05). Logo, através dos estudos dos especialistas da arte, o “*período Clássico*” foi situado entre uma “*era Arcaica*” – imensamente presa às tradições – e um “*período Helenístico*” – voltado para o individualismo (WALTER, 2006: 05-07). Por conseguinte, conjeturamos a partir dos apontamentos de Uwe Walter que o “*período Clássico*”, ainda que tenha sido um momento de grande desenvolvimento cultural, foi demarcado por eventos eminentemente políticos. Deste modo, tornou-se um consenso acadêmico delimitar o início do “*período Clássico*” através do evento da Batalha de Maratona (em 490 a.C.) e culminando com a morte de Alexandre III da Macedônia (em 323 a.C.) (WALTER, 2006: 05). De tal forma, podemos pontuar que os pesquisadores – de meados do XVIII ao início do XX – ao construírem o conceito de “*período Clássico*” teriam objetivado por legitimar determinadas práticas político-sociais, que permitiriam que as sociedades europeias de então fomentassem a sua identidade cultural. Contudo, observamos que atualmente os profissionais acadêmicos, ainda que se valham da referida nomenclatura, já não recorrem aos feitos da Hélade para garantir a verossimilhança de suas produções. Entretanto, também devemos nos atentar que o modo pelo qual a transição de um período histórico por outro acaba sendo ensinada, não pressupõe uma ruptura nos costumes e práticas dos sujeitos que ali vivem, afinal, tais periodizações são convenções acadêmicas voltadas para a sistematização de acontecimentos diversos.

Passemos agora para a nossa análise do “*período Helenístico*”. Dentre as periodizações anteriormente abordadas, o “*Helenístico*” pode ser compreendido como o mais controverso, tanto pela sua demarcação histórica, quanto pelo desenvolvimento político-cultural dos homens que ali se relacionaram. Junto as instituições de ensino

superior, poucas são aquelas que ressaltam os feitos desse espaço de tempo e o modo como o mesmo se desenvolveu, tendo em vista as transformações político-sociais que ocorreram na Hélade, no decorrer do século IV a.C. Enquanto o “Clássico” foi marcado por embates entre diversas *póleis*, sobretudo no que tange a busca pela hegemonia política e econômica dos envolvidos, o “*período Helenístico*” poderia ser caracterizado pelas conquistas efetuadas pelos macedônios, da Hélade ao Oriente (cujo limite foi a Índia). Em geral, a referida periodização corresponde ao espaço de tempo no qual os generais de Alexandre, e os seus descendentes, governaram a Hélade até a conquista romana, indo do final do IV ao final do século I a.C.

Contudo, o fato do “*Helenístico*” culminar com a conquista do Egito (agora sobre a autoridade da dinastia dos Ptolomeus) por Otavio (futuro Augustus), na batalha do Actium (em 31 a.C.), já nos apresentaria uma problemática, afinal, a periodização da sociedade romana não decorre do mesmo modo que a helênica. Dessa maneira, podemos sugerir que este teria sido um dos principais aspectos que teriam levado a supressão do “*período Helenístico*” nos segmentos universitários de ensino. Somando-se a este fator, seria sensato afirmarmos que a escassez de documentação textual escrita proveniente do “*Helenístico*” – quando comparados com o século V, a primeira metade do IV a.C. e o período Romano como um todo – teria contribuído para a sua disforização histórica gradual, entre os pesquisadores do XVIII e XIX.

Convergindo com os apontamentos do classicista Andrew Erskine, o mesmo comenta que devido a tais fatores tornou-se comum considerar a figura e as medidas político-culturais de Alexandre III da Macedônia como o “*divisor de águas*” entre os “*períodos Clássico e Helenístico*”, tendo em vista que o primeiro foi compreendido como um marco histórico do desenvolvimento da Hélade, enquanto que o espaço de tempo após Alexandre seria o declínio dos valores e da identidade dos helenos, construída até o século IV a.C. (ERSKINE, 2005: 01-02). Complementando sua argumentação, Erskine afirma que tanto os helenos quanto os romanos buscavam suas inspirações político-culturais no

“*período Clássico*”. Do mesmo modo, embora os poetas latinos tenham elogiado os seus antecessores de Alexandria, um crítico tal como Dionysius (*Διονύσιος*) de Halicarnassos considerou Alexandre o marco da mudança entre um momento áureo da história da Hélade, para sua subsequente desestruturação helenística (ERSKINE, 2005: 02).

No que tange as pesquisas acerca do “*Helenístico*”, Erskine nos esclareceu que essa aparente negligência se deu até o século XIX, quando o historiador alemão Johann Gustav Droysen criou o conceito de “*período Helenístico*”, após uma série de estudos realizados sobre a figura de Alexandre e seus sucessores, no intuito de dar conta das transformações históricas que sucederam a “*Hélade Clássica*”. Nas palavras de Droysen, as conquistas efetuadas por Alexandre III da Macedônia levaram a uma interação entre a cultura helênica e a oriental que, eventualmente, teria propiciado o florescimento do cristianismo (ERSKINE, 2005: 02). Nesse ínterim, podemos comentar que os pressupostos levantados por Erskine, acerca dos apontamentos de Droysen, objetivavam por fornecer uma linearidade histórico-temporal helênica, bem como uma justificativa para a possível interação político-cultural entre ocidentais e orientais que culminasse na emergência do cristianismo, por vezes identificado como a principal religião das sociedades ocidentais “*modernas*”.

Seguindo por esse viés, através da relação entre os estudos de Droysen e da descoberta de papiros e inscrições, os cientistas sociais puderam ampliar as suas possibilidades de análise, rompendo com uma visão estereotipada acerca do “*período Helenístico*”. No entanto, como esclareceu o Prof. Erskine, embora essas descobertas históricas tenham possibilitado que as pesquisas se expandissem, o “*Mundo Helenístico*” não deteve o mesmo nível de atenção que fora direcionado ao seu predecessor – o “*Clássico*” (ERSKINE, 2005: 02). Desta maneira, Andrew Erskine afirma que podemos reconhecer que houve o predomínio dos “*Clássicos*”, sobretudo como disciplina acadêmica entre as elites sociais européias da “*modernidade*”, elemento este que manteve o conhecimento ativo da “*Antiguidade*”, mas que por sua vez excluiu aqueles

períodos de tempo que pouco teriam contribuído para a compreensão do “*período Clássico*” enquanto matriz político-cultural da “*Europa Moderna*” (ERSKINE, 2005: 02). Com isso, Erskine orienta que para se apreciar o conhecimento das sociedades que viveram no “*período Helenístico*” deve-se abandonar o sistema de valores que considera os séculos depois de Alexandre como um epílogo das realizações da “*Hélade Clássica*” (ERSKINE, 2005: 02). Ampliando as possibilidades da assertiva construída acima, Andrew Erskine cita Johann Droysen e destaca que o “*período Helenístico*” seria um fenômeno, sobretudo, de ordem cultural, pois ainda que o contato dos helenos com as sociedades da Ásia, por vezes, tenha se dado em um caráter político-militar, ocorreu também uma interação entre as diversas manifestações culturais – sejam elas helênicas ou asiáticas. Logo, caso um pesquisador queira abordar o governo dos Selêucidas (proveniente de Selêuco, general macedônico), o mesmo deveria considerar que este poderia integrar tanto a história da Hélade, quanto a do Irã, e devido às particularidades de cada território os Selêucidas seriam, praticamente, duas dinastias distintas (ERSKINE, 2005: 03). Sendo assim, a partir das declarações do classicista Andrew Erskine, observamos que o “*período Helenístico*” não foi uma ruptura histórico-temporal com o “*Clássico*”, pois teria sido naquele que a cultura helênica do século V a.C. foi capaz de se difundir para outras regiões, fazendo com que os helenos fossem identificados – na grande maioria das ocasiões – enquanto referenciais de desenvolvimento cultural. Nesse ínterim, foi no “*Helenístico*” que o modelo de organização social políade foi difundido em regiões estrangeiras, enfatizando a sua propriedade histórico-temporal como um período de grandes mudanças, mas também de fortes permanências.

Por fim, o pesquisador Erskine pontua que, embora tenham ocorrido diversas mudanças socioculturais no “*período Helenístico*”, tal periodização foi delimitada por eventos políticos. Segundo Andrew Erskine, a conquista de Alexandre III sobre os persas deveria marcar o seu início, porém a sua morte prematura em 323 a.C. seguida pela fragmentação de suas possessões acabou se tornando o evento inicial do “*período*

Helenístico” (ERSKINE, 2005: 02). Tradicionalmente, a referida periodização termina com a conquista do Egito ptolomaico pelos romanos na batalha do Actium, fato este que culmina com dois séculos do sucesso romano sobre a Ásia (ERSKINE, 2005: 02-03). As palavras do classicista Erskine trazem a tona parte dos equívocos acerca da delimitação temporal do “*período Helenístico*”, pois a extensão dos poderes romanos sobre as possessões territoriais da Hélade e da Ásia ocorreu de forma gradual, afetando diferentes áreas em períodos distintos de tempo (ERSKINE, 2005: 02-03). Mediante os pressupostos apontados, notamos que a demarcação acerca do final do “*período Helenístico*” se fundamentou no desaparecimento dos reinos que sucederam Alexandre III, sendo um ponto conveniente para o final desse “*período histórico*” vivenciado pelos helenos.

Feitos os devidos esclarecimentos podemos concluir que todas as periodizações são construções efetuadas pelos cientistas sociais, no intuito de sistematizar um conjunto diverso de informações do passado em um todo, relativamente, coerente. No entanto, devemos levar em consideração que em tais “*sistemas de adequação*”, os eventos histórico-temporais passam a obedecer às determinações impostas pelo contexto social e institucional no qual o investigador se encontra submetido, bem como com os interesses do grupo – político, social e/ou acadêmico – em que o mesmo se encontra inserido. Contudo, ainda que tais periodizações por vezes apresentem anacronismos históricos, as mesmas devem ser observadas como instrumentos de pesquisa, tendo em vista que sem as suas demarcações históricas, seria um tanto “*problemático*” situarmos nossos estudos em um espaço de tempo específico e passível de verificação científica. Por sua vez, podemos ressaltar que o nosso objetivo neste trabalho foi o de apresentar a maneira como essas periodizações foram construídas para a “*Antiguidade Helênica*”, pois a sua utilização acarreta escolhas que em diversas ocasiões não dão conta de nossos objetos. Dessa maneira, com base nas argumentações de Reinhart Koselleck, chamamos a atenção dos demais cientistas sociais quanto às ressalvas necessárias quanto ao emprego de conceitos “*modernos*”, para as pesquisas cujo objeto são as sociedades do “*Mundo*

Antigo”, afinal, às conceituações aqui apresentadas foram empregadas em um dado momento da História da Europa tanto para legitimar práticas políticas, quanto para disforizar o passado em prol da “*superioridade*” do presente.

DOCUMENTAÇÃO TEXTUAL ESCRITA

PLATO. *Protagoras*. London: William Heinemann Ltd., 1967.

THUCYDIDES. *History of the Peloponnesian War*. 4 Vols. Trad.: Charles Forster Smith. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1956.

REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICAS

ASSUMPÇÃO, Luis Filipe Bantim de. A Hélade no período Clássico, entre o Imperialismo ateniense e a Hegemonia espartana – um debate conceitual. In: *Anais do III Encontro Nacional de Estudos sobre o Mediterrâneo Antigo – Novas Perspectivas sobre as Práticas Imperialistas no Mundo Antigo*. Rio de Janeiro: NEA/UERJ, 2012.

BAKKER, Egbert. The Making of History: Herodotus’ Histories Apodexis. In: BAKKER, Egbert; DE JONG, Irene J.F.; VAN WEES, Hans. *Brill’s Companion to Herodotus*. Leiden; Boston; Köln: Brill, 2002.

BONDANELLA, Julia Conaway; BONDANELLA, Peter. Introduction. In: VASARI, Giorgio. *The Lives of The Artists*. Translated and Introduction: Julia Conaway Bondanella & Peter Bondanella. Oxford: Oxford University Press, 1998.

BRYAN-BROWN, A.N. (Ed.). *Oxford Latin Dictionary*. Oxford: Clarendon Press, 1968.

CAMPOS, Carlos Eduardo da Costa. Zacânton: A Colonização Grega de Saguntum. In: *Anais do XIX Ciclo de Debates em História Antiga*, v. 05, pp.01-15, 2010.

CHRISANTHOS, Stefan. *Warfare in the Ancient World – from the Bronze Age to the Fall of Rome*. London: Greenwood Publishing Group, 2008.

DAVIES, John K. The Historiography of Archaic Greece. In: RAAFLAUB, Kurt; VAN WEES, Hans (Ed.). *A Companion to Archaic Greece*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2009.

- ERSKINE, Andrew. Approaching the Hellenistic World. In: ERSKINE, Andrew (Ed.). *A Companion to the Hellenistic World*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2005.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futures past – on the Semantics of Historical Time*. Trans.: Keith Tribe. New York: Columbia University Press, 2004.
- OSBORNE, Robin. The Creation of Classical Greece. In: OSBORNE, Robin (Ed.). *The Short Oxford History of Europe – Classical Greece (500-323 b.C.)*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- POMIAN, K. Periodização. In: ROMANO, Ruggiero (dir.). *Enciclopédia Einaudi*. Vol. 29 – Tempo/Temporalidade. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1993.
- SHAPIRO, Harvey Alan. Introduction. In: SHAPIRO, Harvey Alan (Ed.). *The Cambridge History to Archaic Greece*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- WALTER, Uwe. The Classical Age as a Historical Epoch. In: KINZL, Konrad (Ed.). *A Companion to the Classical Greek World*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2006.